



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

MATHEUS FRANCISCO SALDANHA FILHO

(depoimento)

2010

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias – Segundo Tempo

Número da entrevista: E-176

Entrevistado: Matheus Francisco Saldanha Filho

Nascimento: 09/11/1950

Local da entrevista: UFSM – Santa Maria/RS

Entrevistadora: Márcia Luiza Machado Figueira

Data da entrevista: 27/10/2010

Transcrição: Tuany Defaveri Begossi

Conferência Fidelidade: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Copidesque: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Pesquisa: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Total de gravação: 44 minutos e 52 segundos

Páginas Digitadas: 14

Catálogo: Ivone Job

Observações:

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

SALDANHA FILHO, Matheus Francisco. *Matheus Saldanha Filho (depoimento, 2010)*. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2010.

Sumário

Início do envolvimento com o Programa Segundo Tempo (diretor executivo do PST Universitário – UFSM); implementação do PST Universitário na UFSM: grupo de trabalho, parcerias, estudantes atingidos, divulgação, estrutura funcional; extensão do trabalho; proposta de implementação do PST na Universidade; contribuição do Programa Segundo Tempo para a inclusão social; processo de capacitação: estrutura, opinião, avaliação; estruturação dos núcleos do PST Universitário: diagnóstico, divulgação; desafios, dificuldades e limites do Programa Segundo Tempo; opinião para uma maior qualificação do Programa; pesquisas realizadas; apoio da Universidade; importância da preservação da memória do PST; contribuições do Programa Segundo Tempo.

Santa Maria, 27 de outubro de 2010. Entrevista com Matheus Saldanha Filho a cargo da pesquisadora Márcia Luiza Figueira para o Projeto Memória do Segundo Tempo.

M.F. – Matheus, você poderia falar um pouquinho da história do PST universitário?

M.S. – Como é que o PST universitário, o piloto da UFSM¹, se dá: no primeiro momento, a instituição foi convidada juntamente com o coletivo de representantes de outras instituições de ensino superior do Brasil e mais o Ministério da Educação, a Confederação Brasileira de Desporto Universitária e a UNE², para discutir, da possibilidade de implementação ou de inserção do Programa no ensino superior. Isso aconteceu em Brasília em maio de 2008, promovido pela Secretaria de Esporte Educacional, do Ministério do Esporte. Durante dois dias, tivemos debates, trocas de ideias e se elaborou, ou se rascunhou diretrizes, princípios, objetivos e alguns nortes de implementação. Passou o segundo semestre e a instituição recebeu um convite para ver da possibilidade de ser uma das instituições a implementar o Programa de forma piloto. A instituição aceitou e, a partir do aceite da instituição, foi criado um grupo de trabalho para elaborar o projeto. Isso se deu próximo ao Natal. A partir dali, tivemos sucesso na aprovação do projeto e ele foi implementado em janeiro de 2009, com edital de seleção dos coordenadores, dos agentes sociais, etc, toda estrutura. A questão também, da administração dos recursos, que era locar os recursos na Universidade para a aquisição de material, para pagamento dos agentes sociais, toda aquela burocracia. Em março de 2009, foi se buscar parceiros. Como iríamos implementar o projeto? E decidimos, juntamente com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis que é uma unidade administrativa da Reitoria que cuida das políticas sociais dos estudantes. E aí tivemos a ideia de direcionarmos o Segundo Tempo para os estudantes moradores das casas de estudantes. Na Universidade tem a casa um, dois e três. A um fica na cidade e a dois e a três do campus. Então, os nossos parceiros foram a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, o Diretório Central de Estudantes e as diretorias das casas. Cada casa tem a sua diretoria. A partir desse período de aceite e de parceiros, nós caminhamos para a questão da divulgação, da comunicação. Nesse meio tempo, também teve o aceite, a aprovação e a legitimação, de em qual instituição ficaria lotado. Ficaria lotado na Reitoria,

¹ Universidade Federal de Santa Maria.

² União Nacional de Estudantes.

em uma Pró-Reitoria, ficaria lotado no DCE³, nos Centros de Educação Física e Desporto. Então, ficou decidido pelo Reitor, pela característica do Programa que tinha tudo a ver com o Centro de Educação Física e então ele se tornou um Programa institucionalizado. Foi aprovado em várias instâncias dentro da unidade de ensino. Foi aprovado na Reitoria, pelo Conselho Universitário. Então, aí se deu a parte de ordenamento legal e, a partir desse momento, de um reconhecimento e da institucionalização, se começou as estratégias, as metodologias e os instrumentos para implementar o Programa, porque nesse período já tínhamos a seleção do coordenador geral, já tínhamos os três coordenadores de núcleo e já tínhamos os seis monitores.

M.F. – Então, essa é a estrutura funcional, digamos assim.

M.S. – Exato. Os pilotos foram constituídos de três núcleos, independente da instituição de três núcleos para atender cada núcleo com cem pessoas.

M.F. – Estudantes.

M.S. – E cada núcleo administrativamente teria um coordenador de núcleo, dois monitores, teria a figura do coordenador geral e a figura que eu exerço que é de diretor executivo, que é aquela pessoa vinculada à instituição que tem a responsabilidade de responder pelo Programa, junto à instituição e junto ao Ministério do Esporte.

M.F. – E o coordenador geral é quem?

M.S. – O coordenador geral no primeiro momento foi uma especializanda, que foi a Patrícia Somavilla. Depois teve a Patrícia Trauer⁴, que se encontra presente. Ela se formou, terminou o tempo dela na instituição e tivemos que escolher outra coordenadora geral. Mas a Patrícia já era coordenadora de núcleo. Então, já conhecia o Programa, tinha seus objetivos, suas diretrizes.

³ Diretório Central de Estudantes.

⁴ Patrícia Cardoso Trauer. Coordenadora Geral do PST Universitário – Universidade Federal de Santa Maria.

M.F. – Certo. Então, você falou de sua função e quanto à extensão do trabalho? Queria que você falasse um pouquinho. Ele se dá só aqui, ou é regional, estadual? Ele se dá só na Universidade de Santa Maria?

M.S. – Porque ele é um Programa para ser desenvolvido e implementado dentro da instituição para atender a comunidade universitária, o segmento dos estudantes, dos discentes. Eu queria fazer um registro que eu considero relevante: quando nós aceitamos discutir um Programa de esporte e lazer para os estudantes do ensino superior, nós tínhamos a seguinte proposta: mais do que implementar um Programa nós iríamos aproveitar esta oportunidade de tencionar junto aos gestores da Universidade, em todos os seus níveis de unidades de ensino, representação discente, docente e técnicos administrativos, para que a Universidade aprovasse ou tivesse a sua política de esporte e lazer, porque a política de assistência estudantil não prevê ações ou atividades de esporte e lazer. Garante moradia, garante a questão da alimentação, do transporte, da saúde, garante a questão social, mas o esporte e lazer não aparecem nessa política de assistência estudantil, como também não aparece no plano de gestão da Universidade, como não aparece nas reivindicações dos estudantes. Então, tivemos essa oportunidade por trabalhar com políticas públicas. Tivemos a ideia de pegar o Segundo Tempo para alavancar, para esticar, para tencionar que o esporte e lazer façam parte do projeto político da instituição, do seu plano de desenvolvimento institucional, que faça parte do plano de gestão, dos gestores, das unidades de ensino, dos coordenadores de curso, que faça parte da representação dos estudantes. Então, nesse sentido aí, eu respondo a tua pergunta: é um programa especificamente, segmentado aos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria. E, no primeiro momento, ele também foi acolhido somente para os moradores da casa do estudante um e dois que ficam situadas dentro do campus da Universidade.

M.F. – Nós sabemos que o Programa Segundo Tempo é uma bandeira, digamos assim, de proposição do governo federal, no sentido de incluir através do esporte e lazer uma população que não tem acesso às políticas públicas do Brasil. Então, você acredita que dessa maneira você está fazendo uma proposta, uma política de inclusão social?

M.S. – Tem esse aspecto também. E esse é o motivo, atendendo as diretrizes, a filosofia do Programa, quais são suas referências conceituais. Ele é para atender uma camada da

sociedade que se encontra vulnerável, ou excluída, ou para atender as injustiças sociais. Esse foi um dos motivos de segmentar nos estudantes moradores das casas que são um segmento que vem de cidades, nas quais as políticas públicas não são atendidas ou não tiveram oportunidade na sua plenitude de gozar desse direito da Universalidade de ter o acesso. E entrando na Universidade continuar essa exclusão, acesso a sua formação, mas uma formação ainda míope ou fragmentada no seu desenvolvimento de formação humana. Tem direito ao intelectual, tem direito a isso, mas, a questão do seu lazer, da questão do seu bem estar, da sua qualidade de vida e outros aspectos, ficaria excluído, achando que cuidando somente do intelecto está garantido os direitos sociais das pessoas. E uma oportunidade ímpar para esse estudante que amanhã quando forem para o meio da sociedade com o poder de decisão, como formadores de opinião, eles saiam daqui com essas referências. Além de moradia, educação, segurança, saúde, o esporte e o lazer também são importantes na formação do cidadão.

M.F. – E você participou de algum processo de capacitação do PST? Qual, quando, foi dirigido a quem? Você teve essa experiência?

M.S. – Sim. Essa experiência de formação dos agentes sociais ou dos educadores sociais que trabalham nos programas sociais do Governo Federal, não só no esporte, mas também na educação. Pertencemos a Rede CEDES⁵ que é um grupo de pesquisadores de instituições de ensino superior que elaboram pesquisa, estudo, acompanham, fazem levantamento, diagnóstico, dos programas do Governo Federal. Então, já envolvido com essas pesquisas e familiarizado com esses programas, tive a oportunidade, durante dois anos, de ser o formador do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Eu não tinha intervenções, não acompanhava diretamente o Programa Segundo Tempo, mas conhecia todas as diretrizes, também por participar das conferências nacionais de esporte e pertencer ao grupo de sistematizadores. Ou seja, desde 2001 eu acompanho as políticas públicas junto ao Ministério do Esporte - o Ministério do Esporte a partir de 2003 do governo Lula - . Então, participei durante dois anos no coletivo de formadores do PELC, que é o Programa de Esporte e Lazer da cidade, e no Segundo Tempo. Aí vem uma lacuna, uma limitação: o programa padrão do Segundo Tempo está todo constituído, organizado, tem todas as suas rotinas de formação. O universitário não teve. Os dois momentos que tivemos

oportunidade de participar de grupos de formação aconteceram junto com os agentes sociais do padrão, que tem outra característica, que tem outro perfil dos agentes sociais. No Segundo Tempo universitário a maioria eram professores de Educação Física, formados que estão no programa de pós-graduação e especialização e alguns acadêmicos de final de curso. Então, é um privilégio trabalhar com os agentes sociais que são da área, tem formação ou estão em formação. Juntamente com os agentes sociais do padrão, nós tivemos oportunidade de participar com agentes sociais de outras áreas: a área da cultura, da educação, das artes, das ciências sociais, da saúde. Então, tinham focos diferenciados. Essas formações, as duas que ocorreram, uma em Brasília e a outra em Pelotas, ficaram mais nas diretrizes do Programa: como é que o Programa funcionava, a parte de gestão do Programa. Mas, a essência da filosofia, da sua concepção, da parte pedagógica dos métodos, não ocorreu. De que concepção de esportes estariam trabalhando, que concepção de lazer, quem são os autores que balizam a concepção, que esporte é esse, que lazer seria esse para os universitários. Se falava muito do lazer, o esporte para criança, dentro da escola, da educação básica, mas não se abordava o esporte, o lazer, para adultos, para jovens. Porque a universidade também tem alunos da terceira idade. Nós temos alunos com mais de sessenta anos...

M.F. – Então, você acha que deveria ter uma formação específica?

M.S. – Mais específico...

M.F. – Que as abordagens, as temáticas, não dá para as pessoas... Essas formações tiveram... Que tem um material muito bom produzido pelo Ministério e o acesso a eles não dá para ter ideias. Você acha que precisaria...

M.S. – Dá para ter referência, mas teria que aprofundar mais. E aí, tendo os dois grupos, ficava impossibilitado pelo formador, porque a maioria era do padrão, onde ocorre o padrão escola, então tem que focar a escola. Porque o segmento também tem uma metodologia diferenciada da questão do tempo e do espaço, dos motivos que levam a prática, a duração, os objetivos. Tem todo o cenário diferente e que merece pontuar de forma diferente e isso realmente não ocorreu.

⁵ Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer.

M.F. – Queria que você falasse um pouco de como que estão construídos os núcleos aqui hoje. O que acontece nos núcleos...

M.S. – A Universidade é um campus. Ela tem uma extensão bastante considerável em termos de espaços. As próprias unidades de ensino estão distribuídas uma distante da outra, mas é dentro do campus. Existe a questão da facilidade e do acesso. Quando se pensou em implementar, se buscou, primeiro, fazer um levantamento, estudar, fazer uma pesquisa de cenário, de diagnóstico, o que as unidades de ensino ofereciam para os estudantes. Porque não só a educação oferece a parte cultural para atividades de lazer do tempo livre. Várias outras unidades de ensino também oferecem projetos para que o estudante, independente se morador da casa do estudante ou não, ocupe o seu tempo livre para a questão do seu ócio. Então, primeiro foi fazer esse levantamento. Aí identificamos vários projetos. Bom, então se já tem projetos da parte cultural, se já tem projeto de natação, se já tem projeto de assistência, não vamos implementar. Baseado nesse estudo, juntamente com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que tem pesquisa, um dos motivos foi direcionar para os moradores da casa do estudante, porque, ao fazer essa pesquisa, esse levantamento, conhecemos um trabalho feito pela Pró-Reitoria Estudantil que detectava que os moradores da casa do estudante, durante a noite, nos fins de semana e feriados, tinham o sentimento de exclusão social, porque é um momento que a Universidade murcha, só ficam eles, os prédios e o pessoal da segurança. Então, a questão da interação social, do pertencimento social, ao vazio, e isso levava a questão da depressão, do isolamento e, conseqüentemente, essa pesquisa apontava, como um dos fatores de evasão ou de doença mental, de irregularidade, a questão até do desempenho, do aproveitamento. Então, o Programa, baseado nesse estudo, tentou também no seu oferecimento em termos de tempo, espaço... Foi aí que nós desenvolvemos uma pesquisa de consulta ao estudante. Primeiro: “Você participa de algum projeto de lazer ou de esporte, que não seja da parte de formação acadêmica? Sim ou não. E, se sim, qual horário, dia, local, atividade?”. E as outras questões: “Se fosse oferecido um programa de esporte e lazer, recreativo, em horários extracurriculares, nos finais de semana à noite, você participaria? Sim ou não. Se participaria, o que você gostaria de fazer? Que tipo de esporte, que tipo de atividade?”. Lincamos vários, não só a parte físico-esportiva, mas também cultural, teatro, música, etc. E lincamos uma gama, que são características dos jovens. Aí eles mapearam. Baseado nessas informações, nós construímos as atividades, locais, horários. Teria que ser três

núcleos. Então, elencamos um núcleo, que ainda é muito forte a herança dos esportes, a questão dos esportes mais recreativos, lúdico, individuais, caminhada, corridas orientadas, alongamento, ginástica, dança, musculação, aeróbica, massagem. Ou seja, até a questão terapêutica apareceu nesse momento. Então, baseado nesse estudo é que foram construídas as atividades. Em cima disso, passamos para a divulgação, para a questão de motivar, sensibilizar e conscientizar. Nesse aspecto, buscamos a parceria da Assessoria de Comunicação da Universidade e do curso de comunicação social. A Universidade tem uma TV, tem uma rádio e tem jornal. Usamos todos esses meios de comunicação da mídia para informar para a comunidade que havia um programa de esporte e lazer na Universidade. Criamos um site, elaboramos um VT, que roda na Universidade vinte vezes ao dia. É um VT de trinta minutos, o qual você vai ter a oportunidade de conhecer, e folders, panfletos, cartazes, faixas e atividades, na biblioteca, onde concentra um grande número de estudantes, nas paradas de ônibus mesmo, porque era para os estudantes. Fizemos uma militância nos apartamentos dos moradores das casas dos estudantes fazendo entrevistas. Fizemos um trabalho muito interessante baseado em um filme, em um documentário, que é “O Edifício Master⁶” - um edifício do Rio de Janeiro, muito antigo, em Copacabana, que tem mais de dois mil moradores, gente de todas as classes sociais e profissões e que é uma grande comunidade - para saber como é que as pessoas viviam, e como é que os estudantes... Pegamos toda a estratégia desse documentário, entramos em contato com o autor, ele nos deu o script do filme e nós, com o pessoal da comunicação social, filmávamos o aluno dentro do seu apartamento, estudando, fazendo a sua refeição, o que ele fazia no seu tempo livre, qual era o seu relacionamento. Esse documentário serviu também para fazer parte do VT para que as pessoas, ao assistir, se identificassem: “Eu sou esse cara aí também”. Então, partindo por aí, algumas estratégias que foram feitas de mobilização.

M.F. – No teu ponto de vista, quais são os pontos positivos do Programa do Segundo Tempo?

M.S. – Eu vou começar pelos desafios. Os desafios são complexos, por ser uma instituição que não tem um histórico, não tem uma cultura, da questão do esporte e lazer como um direito, que todos possam ter acesso, uma questão universal, etc. Esse é o primeiro desafio,

⁶ Documentário dirigido por Eduardo Coutinho em 2002.

tentando a conscientização e ela é complexa. Às vezes, as pessoas até têm essa consciência, são sensibilizadas, mas, na hora da distribuição dos recursos, a questão do financiamento, da questão da infraestrutura, dos espaços, dos recursos humanos, não se torna prioridade, pelas tensões, pelas cobranças, que não aparecem nas reivindicações. Outras prioridades são mais urgentes dentro da instituição. Então, esse é o primeiro desafio. Inclusive, os próprios professores de Educação Física aceitarem a inclusão de um programa desses. Outro desafio foi fazer com que o Programa também fosse um espaço de intervenção e de formação dos estudantes da Educação Física e de outras áreas a fins, que é uma luta para ser inserido, para as pessoas entenderem que ali tem alguns elementos de pesquisa, de prática. Ou seja, de intervenção, de experiência, de vivência. A outra luta é a questão política. Embora, tendo dois ministérios envolvidos no Programa, quem mais sanciona é o Ministério do Esporte. O Ministério da Educação, simplesmente, através da SESUC, a Secretaria de Ensino Superior, que se fez presente no debate, até hoje não deu contrapartida: “É bom, ótimo. Muito bom, mas façam vocês”. Somos parceiros. Ou seja, só legitimam. Não entram com ações, porque, aonde é a Universidade? A Universidade é uma unidade do Ministério da Educação. Então, o Ministério da Educação, no meu ponto de vista, está fora. Então, esse é um problema, uma limitação. O Ministério do Esporte ainda não inseriu, não incorporou o esporte e o lazer como uma ação. Dentro da Secretaria de Ensino Superior tem uma diretoria que cuida das políticas públicas do ensino superior. Ela cuida de professor, cuida de prédios, cuida disso, cuida daquilo, mas o esporte e lazer não aparecem, não tem políticas, não tem ações, não tem recurso financeiro. Poderiam aparecer intenções, alguém intencionado: “Olha, tem isso lá”, mas não aparece. Você pega os seus programas, pega os seus projetos, pega o seu plano e não aparece. Consequentemente, isso é uma bola de neve. Um Reitor que não é cobrado, que não é tensionado, consequentemente, ele vai chegar lá: “Nossa unidade não faz”. Se o Reitor não tenciona os gestores, a comunidade também não tenciona. Se o Pró-Reitor que cuida das políticas de assuntos estudantis também não fala disso, os alunos também não são despertados. Então, não basta somente ter um Matheus ou uma unidade, isso e aquilo que vai. A luta é grande. As dificuldades não são de infraestrutura, as dificuldades não são de materiais, as dificuldades não são do interesse dos alunos. Os alunos têm interesse sim. Falta mais estímulo, onde eles possam ter espaços, que desperte o interesse deles. O ideal é que a Universidade tivesse espaços específicos, com segurança, com qualidade, com

infraestrutura, que eles tivessem autonomia: “Não, eu gosto de fazer tal atividade. Eu vou fazer a hora que eu quero, com quem eu quero, no dia que eu quero”.

M.F. – Então, isso que você está falando, na verdade, vem ao encontro do que eu ia te perguntar: em sua opinião, o que é possível fazer para qualificar ainda mais o PST? Parece que é um pouco isso que você disse.

M.S. – Exato. A luta é o seguinte: mais do que o reconhecimento do direito ao esporte e lazer, é a questão de gestão, é a questão política. Para tentar ser racional com a resposta, é a questão política e a questão financeira. Sem essas duas, é boa vontade, é idealismo, é voluntarismo, é aventureiro, porque, se não houver vontade política e ela ficar institucionalizada e ter os recursos, corre o risco, de uma gestão para outra... Ou aqueles atores sociais que hoje estão envolvidos e amanhã não estiverem mais na Universidade e não seja garantida a sua continuidade ou a sua sistematização. Outros poderão ter o direito ou de qualificá-lo, potencializá-lo, ou empoderá-lo ou eliminá-lo ou reduzir. Agora, quando ele fica institucionalizado, ele está inscrito, ele tem recurso. É vontade política da instituição. Aí pode ser qualquer época e qualquer João e qualquer Maria.

M.F. – Então, você acha que o PST, na sua prática, atende aos objetivos que se propõe?

M.S. – Eu diria que sim. Foi muito bem acolhido pelos estudantes e aí vemos a lacuna que tem. Parece que ainda tem uma questão que temos que vencer: os alunos, os estudantes, ou qualquer cidadão, não pode ter o entendimento de que estão dando alguma coisa a ele, que é alguma atividade assistencialista. Os programas sociais do Governo Federal, ainda têm muito caráter assistencialista e compensatório. Vamos fazer esporte e lazer para ter melhor rendimento, aproveitamento intelectual e desempenho acadêmico. Vamos nos envolver com esporte e lazer para diminuir o número de drogas ou de evasão da Universidade. Como eu gostaria de ver programas, que é de direito, ações, que não tivesse esse cunho. É muito forte, isso incomoda. Isso é tão forte que parece que o aluno chega pedindo favor, como coitado. Ele chega de cabeça baixa, faltando termos. Parece que estamos dando alguma coisa para ele.

M.F. – Isso você acha que se deve a quê?

M.S. – Primeiro, a questão histórica que está hoje impregnada na cultura. Parece que é favor que estamos fazendo aos estudantes.

M.F. – Ou você acha que eles não reconhecem isso como direito?

M.S. – É, é verdade. Por não reconhecer como direito, ele tem o direito de usar... Não ter o comprometimento, não se apropriar, não carregar também a bandeira, de sensibilizar, de conscientizar os outros, porque eles fazem greve, invadem a reitoria, fazem panelaço, fazem passeata, fecham o campus para reivindicar R.U.⁷, transporte, moradia, melhor qualidade de ensino. Como eu gostaria de um dia ver os alunos, o movimento de reivindicação, invadindo a Reitoria, o gabinete do Reitor, fechando o arco da Universidade para a questão do direito da cultura...

M.F. – Do lazer...

M.S. – De atividades culturais. Inclusive, nosso “slogan” de implementação do Segundo Tempo foi a música dos Titãs “Comida”. Eu também quero diversão e arte. Porque eles só querem segurança, que é básica, as necessidades...

M.F. – As necessidades básicas...

M.S. – É isso que dá garantia deles.

M.F. – Mas eu acho que uma proposta como esta do Segundo Tempo Universitário não vai ajudar a criar esse sentimento de que é um direito do cidadão a ter uma política pública. Porque, na verdade, o PST acaba sendo uma política pública de acesso ao lazer e ao esporte. Não é assim?

M.S. – Eu concordo. Porque se tivermos a comunidade universitária com esse grau de conscientização... Porque as pessoas só intervêm se tem o conhecimento, se são mobilizadas, motivadas. Você, tendo o conhecimento e fazendo a intervenção, você tem a

possibilidade de fazer a mudança, a transformação, porque você se apropria, se empodera, e tem a possibilidade de fazer a intervenção, de reivindicar, de dizer: “Olha, nós não queremos isso. Nós queremos isso e mais aquilo. Nós não queremos só desse jeito, só com esse formato”, porque a Universidade só tem oferecer a eles equipes, treinamento ou algumas atividades lúdicas, como natação, hidroginástica. Era muito reduzido. Os horários também não eram bons. Eram horários de aula, era horário de estudos, era hora da monitoria, era hora disso, daquilo. Ou seja, era um horário que concorria. Então, não era para todos e temos um dilema ainda: os estudantes do ensino noturno estão excluídos, mesmo morador da casa, e estamos tentando dar um tempo para também oferecer atividades para esse grupo que está fora. Só nos finais de semana eles tem acesso. Aí nós criamos atividades nos finais de semana, mas mais voluntárias, mais abertas. Para não ficar o trabalho só entre eles, abrimos nos finais de semana para pessoas fora da comunidade universitária que vem ao campus. Eles têm a possibilidade também de participar para fazer essa interação do estudante com o público externo da Universidade, pelo entorno, que também ocupa os espaços públicos da Universidade para fazer o seu lazer, fazer sua prática esportiva, etc. Então, estamos fazendo essa interação com outros segmentos, estamos abrindo. A partir do momento em que você abre, esse é um processo, primeiro, desafiador e longo, na questão de valorizar e fazer essas redes. Como é que eu imagino daqui a uns anos os profissionais da área da Educação Física: facilitadores, estimuladores do Programa. Eles que vão chegar assim: “Olha, quero praticar tal atividade”, “tal atividade é em tal horário e em tal local. Você vai lá e te apropria, vai lá e interage como o grupo”. É isso que se dá. Não tem frequência, não tem controle disso. Agora, eles são estimulados a permanecerem no Programa, até porque o Programa tem algumas exigências de atendimento, de números, de frequência, de cadastro,

M.F. – Tem certo controle...

M.S. – Tem um controle, claro.

M.F. – Tem alguma avaliação desse tempo assim?

⁷ Restaurante Universitário.

M.S. – Tem. Nós produzimos uma pesquisa, porque o piloto universitário exige que você desenvolva uma pesquisa de campo dentro do Programa. Ou seja, você faz a pesquisa-ação, pesquisando eu, eu de nós. Muito interessante nesse sentido aí. Então, foi produzido o saber. Primeiro, era essa questão de saber do interesse dele. Segundo, era saber os motivos, os objetivos que levam ele a buscar. Aí aparecem vários, desde a questão de conhecer, interagir, a questão da solidariedade, da cooperação, a questão da saúde, da estética. Ou seja, inúmeros motivos que levam a buscar ou aderir ao Programa. E o resultado que temos é da fidelidade, eles não flutuam, embora eles tenham oportunidade: “Eu faço musculação segunda e terça, e vou fazer caminhada no final de semana”. Eles têm essa abertura, são sensibilizados, estimulados, a fazer experiências diversificadas, para não ficarem segmentadas somente no Programa, porque essa é uma herança que vem da escola, do clube, do ensino médio: só fez voleibol durante três, quatro anos e chega à Universidade é a mesma coisa. Não! Então, eles são estimulados a buscarem experiências diferentes, culturas da cultura corporal. Olha, experimenta: “Você já dançou? Você já fez musculação? Você já nadou? Você não quer uma orientação sobre caminhada, elaborar um programa, quer se estimular?”. Então, se colocou a disposição. Laboratórios que trabalham, de cineantropometria, de fisiologia para fazer testes, fazer avaliação, como estímulo, mas é mais como estímulo do que como controle. Até para valorizar a área, que também é uma bela oportunidade. Um profissional da Educação Física tem um conceito que é só atividade, que vem da escola. Então, que aqui também se estuda, se produz pesquisa, que podemos colaborar com o seu desenvolvimento humano, na sua formação humana...

M.F. – E você acha que o PST, por estar localizado no Centro de Educação Física, pode estimular alunos a virem a fazer pesquisas, um de seus TCC's⁸, enfim...

M.S. – Isso já acontece. Nós já tivemos no primeiro semestre de 2010. O Programa aconteceu em 2009 e continua... Aí já tem um ganho, porque é importante registrar: quando o Programa foi concluído em abril de 2010, devido a todo esse processo que se gerou dentro da Universidade, a Reitoria abraçou; “Não. Não vai parar o Programa. Vai dar continuidade”. Hoje ele está acontecendo com o financiamento da Universidade, para os seus bolsistas.

M.F. – Por não ter renovado ainda...

M.S. – Não foi renovado. Então, ele não parou, o que seria um grande prejuízo. Se joga fora todo o trabalho, o investimento que se desenvolveu no piloto. Então, ele tem continuidade. Aí já tem um primeiro impacto e está trazendo vários legados nesse sentido. Nós pegamos em um período muito interessante que foi a discussão da mudança do projeto pedagógico, do plano de desenvolvimento institucional, do plano de gestão da Universidade. Nós incluímos a questão dos espaços, a questão dos recursos humanos e financeiros. Está lá registrado e que você vai ter a possibilidade de ver isso em documentos oficiais da instituição e aprovado pelos conselhos superiores. Agora, como que vamos tirar do papel isso, é outra luta, é outro desafio, mas que não vai ser só mais dos gestores do Programa Segundo Tempo. Agora é compromisso da instituição, das unidades de ensino e da comunidade. Então, nesse sentido, já foram realizados trabalhos: três trabalhos de conclusão de curso e duas monografias de especialização e outros trabalhos que estão vindo aí.

M.F. – Muito bom. Parabéns. Você quer falar alguma coisa a mais? Acrescentar mais algo?

M.S. – Primeiro, queria cumprimentar o grupo de memória da ESEF⁹ da UFRGS por estar acompanhando esse trabalho de todas as atividades da área, enquanto existe o registro da história oral ainda, porque é uma tendência da área não ter isso aí muito cultuado. Os registros, os documentos, os relatórios, não fazem parte da nossa cultura. Ainda tem algumas atividades que não têm o hábito de avaliar, de registrar, de ter relatórios e o Programa exige isso: registros permanentes, fotos, avaliação permanente. Outro fator do Programa que é significativo é a garantia da formação, porque, enquanto lutamos lá no campo profissional, na escola, para ter a garantia do espaço de formação do professor de Educação Física dentro da educação básica, aqui, é garantido antes de iniciar as atividades, durante e após. Inclusive, a avaliação é garantida. Não só a formação inicial e a final, mas a formação durante o processo de desenvolvimento nos núcleos. Então, isso é um fator de destaque no Programa: a garantia da formação, a garantia do conhecimento, de avaliar, de reavaliar, da autoavaliação, a garantia do material didático. Então, tem coisas interessantes

⁸ Trabalho de Conclusão de Curso.

⁹ Escola de Educação Física.

que valem a pena se debruçar e tem servido. Isso é outro registro, que esses programas, não somente o Segundo Tempo, garantem uma formação extracurricular dos estudantes que, às vezes, não têm a leitura do lazer ou do esporte recreativo, ou na questão de eventos: “Existem outros tipos de se fazer evento?” Sim, da questão da intersectorialidade. Esses programas incorporam isso, porque, em atividades da nossa área, não é muito comum de se ver a intersectorialidade, os eventos, não só esportivos, mas culturais também, a questão da formação, alguns pontos que eu cito que são importantes. Isto acaba contribuindo na formação continuada do estudante. O estudante que participa desses programas sai [palavra inaudível] e com outra visão, sabendo o que é uma política pública.

M.F. – Vivenciando.

M.S. – Então, ele vai valorizar muito a Educação Física na escola. Mais do que ensinar repertórios de culturas corporais, vai dizer: “Olha cara, isso aí é teu direito. Quando você sair daqui, você também deve lutar. Aqui, você está garantido. Lá fora, para estar garantido, você vai ter que lutar. E quais são as suas armas de luta para você ter a sua família, os seus filhos, os seus familiares? A luta é outra. Você sabe da importância dos benefícios e dos impactos na tua vida. Então, lute. Você vai sair com essa formação. Infelizmente, ainda não sabe, com esse grau de consciência.”

M.F. – Então, muito obrigada, Matheus.

[FINAL DO DEPOIMENTO]